



PRESIDENTE
Jonas Lopes de Carvalho Júnior
VICE-PRESIDENTE
Aluísio Gama de Souza

GABINETE DOS CONSELHEIROS

Aluísio Gama de Souza
José Gomes Graciosa
Marco Antônio Barbosa de Alencar
José Maurício de Lima Nolasco
Jonas Lopes de Carvalho Júnior
Julio Lamberton Rabello
Aloysio Neves Guedes

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Horácio Machado Medeiros - Procurador-Geral

ORGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Ana Helena Bogado Serrão

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, IMPRENSA E EDITORAÇÃO
Célia Regina Abend

PROCURADORIA-GERAL DO TCE-RJ
Sérgio Cavalleri Filho

ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO DO TCE-RJ
Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO
José Roberto Pereira Monteiro

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Marcos André Riscado de Brito

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
Elaine Faria de Melo

SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES
Gardênia de Andrade Costa

TRIBUNAL DE CONTAS - RJ

www.tce.rj.gov.br

SUMÁRIO

Plenário	1
Secretaria-Geral de Administração	3
Comissão de Pregão.....	3

Plenário

Ata da 1ª sessão especial do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011, realizada em 26 de maio.

Aos vinte e seis dias de maio de dois mil e onze, às onze horas e vinte e cinco minutos, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Júnior, reuniu-se o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sua primeira sessão especial, convocada de acordo com os artigos 40 e 110 do Regimento Interno, a fim de apreciar as contas do exercício de 2010, com emissão de parecer prévio, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral de Oliveira Santos Filho, Processo TCE nº 105080-3/2011. Compareceram os Senhores Conselheiros Aluísio Gama de Souza (vice-presidente), José Gomes Graciosa, Marco Antonio Barbosa de Alencar, José Maurício de Lima Nolasco, Julio Lamberton Rabello (relator) e Aloysio Neves Guedes - e, representando o Ministério Público junto a esta Corte, o Senhor Procurador Horácio Machado Medeiros. A Presidência registrou as presenças de Luiz Fernando de Souza (Pezão), Vice-Governador, Wilson Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Governo, Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos Leite, Secretário de Estado de Fazenda, Julio Cesar Mantovani, Subsecretário de Estado de Orçamento - representando o Secretário de Estado de Planejamento, Sergio Ruy Barbosa Guerra Martins -, Eugênio Manoel da Silva Machado, Auditor-Geral do Estado, e Francisco Pereira Iglesias, Contador-Geral do Estado. Concedida a palavra ao Senhor Conselheiro Julio Lamberton Rabello, este procedeu a seu relato - cujo resumo, bem como as propostas de parecer prévio, encontram-se reproduzidos no Anexo 1. Após o relato e aprovação unânime do voto, foi o projeto de parecer prévio aprovado integral e unanimemente - pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das contas do chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Governador Sérgio Cabral, referentes ao exercício de 2010, com as ressalvas, determinações e recomendação indicadas no voto -, sendo colhidas as assinaturas dos senhores conselheiros e do representante do MPE; e, conforme previsto no art. 44 do Regimento Interno, o Tribunal enviará o processo original à Alej para julgamento, bem como uma cópia ao governador do estado. Dada a excelência do trabalho, o Senhor Conselheiro José Maurício de Lima Nolasco, secundado pelo Senhor Conselheiro José Gomes Graciosa e demais senhores conselheiros, parabenizou o relator por seu relatório, ressaltando sua eficiente exposição, as qualidades das análises, dos resultados e das conclusões apresentadas, destacando ainda sua inovação, com a excelente iniciativa de editar a versão simplificada do relatório, num estilo direto e simples, voltado para o cidadão, indo ao encontro do que preconiza o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituindo assim, um efetivo instrumento de transparência da gestão fiscal, procedendo o relator aos agradecimentos, conforme consta do final do Anexo 1. A Presidência concedeu a palavra ao vice-governador, que externou seu orgulho em, particularmente, trabalhar ao lado do Governador Sérgio Cabral, parabenizando também todos os secretários pelos números apresentados, e não deixando de destacar que o Rio de Janeiro terá um calendário único de eventos nestes próximos cinco anos, com jogos mundiais e militares em 2011; a Rio mais Vinte, em 2012; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; e as Olimpíadas, em 2016, lembrando ainda a ameaça que ronda o estado, em relação aos *royalties* do petróleo, e as políticas públicas implantadas pelo governador - um exemplo para o país -, das UPPs e das UPAs, bem como a importância da fiscalização para o aumento das receitas, a volta dos concursos públicos, com a contratação de mais de cinquenta e dois mil funcionários públicos, e a política de segurança, prioridade do governador, que tem se traduzido em uma atração maior de investimentos para o estado. As doze horas e vinte e cinco minutos - congratulando todos os envolvidos na tarefa de análise, em particular o relator -, nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão; e, para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pelo Presidente. E eu, Gardênia de Andrade Costa, Secretária-Geral das Sessões, subscrevo-a.

ANEXO 1

LEITURA

Desta forma, apresento o relatório, onde é demonstrada a evolução da execução orçamentária e patrimonial do Estado do Rio de Janeiro, bem como verificado o atendimento aos limites de endividamento e gastos definidos constitucional e legalmente, tudo em busca da apuração da responsabilidade na gestão fiscal, conforme determina a legislação de regência.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ato de prestar contas, muito mais do que uma obrigação constitucional, um dever do gestor da coisa pública, é um instrumento de transparência. Assim, é fonte para o pleno exercício do controle. Também deve ser entendido como um direito daquele que

gere bens e valores públicos - o direito subjetivo de obter um julgamento popular de sua administração.

As Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2010, foram devidamente prestadas a esta Corte.

Saliente que adotei a terminologia apresentada pelo Corpo Instrutivo - Contas de Governo, ao invés de Contas de Gestão, por ser a mais utilizada, nacionalmente, quando se trata do objeto analisado nestes autos.

Inicialmente, há que se destacar aspectos relacionados ao panorama econômico do exercício de 2010.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O ano de 2010 marcou o início da recuperação da economia mundial, tendo em vista a crise instalada na economia norte-americana.

O Produto Interno Bruto brasileiro, ao contrário do apurado em 2009, retornou à trajetória de crescimento. Todos os setores da economia apresentaram taxa positiva de expansão.

A economia fluminense também apresentou, em 2010, desempenho positivo, com expressiva expansão do nível geral de atividade. Houve pois um contexto favorável em termos de nível de atividade econômica e, consequentemente, de ampliação da base de arrecadação das receitas estaduais.

Toda esta conjuntura tem reflexos na gestão pública do Estado.

Após detido estudo das Contas em questão alguns aspectos devem ser destacados:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Através da Lei Orçamentária para 2010 o Estado previu arrecadar receitas no valor de R\$47,4 bilhões, fixando a despesa no mesmo montante. Este valor não contempla as receitas e despesas das estatais não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), entretanto, contém a movimentação intraorçamentária.

Desconsiderando-se os valores intraorçamentários, a previsão da receita passa a ser de R\$ 45,6 bilhões.

Efetivamente, foram arrecadados R\$48,8 bilhões, valor que superou a previsão orçamentária em R\$3,2 bilhões, conforme demonstrado na tabela 1:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 1

Tabela 1: Resultado da Arrecadação/2010

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Previstas	45.620.685.223,00
Receitas Arrecadadas	48.806.070.635,20
SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO	3.185.385.412,20

Fonte: SIG

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

O Estado obteve em 2010 um excesso de arrecadação de R\$3,2 bilhões. A arrecadação estadual também superou a estimativa do Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação, assim:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 2

Tabela 2: Resultado da Arrecadação - com base nas metas bimestrais/2010

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Estimadas no Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação	45.660.297.816
Receitas Arrecadadas	48.806.070.635
SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO	3.145.772.819

Fonte: SIG e DO de 04.02.2010 - Excluídas as Receitas Intraorçamentárias, I.O. e CEDAE

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Destaque-se que entre a previsão da Lei Orçamentária e as metas bimestrais de arrecadação há uma diferença de R\$39,6 milhões. Esta decorreu dos seguintes fatores:

- reestimativa da receita tributária, em face dos efetivos valores arrecadados em 2009 (a elaboração do orçamento de 2010 se deu antes de encerrado o ano de 2009), resultando em uma diminuição de R\$432 milhões;
- reestimativa da receita patrimonial, em face das projeções de recebimento de royalties (redução de R\$216 milhões), redução dos recebimentos de dividendos da CEDAE (R\$350 milhões) e recebimentos extras pelo recálculo das participações especiais do Petróleo (Acerto de Marlim - R\$641 milhões);
- reestimativa de transferências correntes, em face da continuidade da política de desoneração tributária do Governo Federal (redução de R\$128 milhões);
- reestimativa das outras receitas correntes - redução dos valores da dívida ativa, em face do atraso na implementação da cobrança administrativa e nos programas de parcelamento (R\$176 milhões);
- expectativa de venda do BERJ, no valor de R\$700 milhões, não prevista inicialmente. (o que acabou acontecendo na semana passada pelo preço de R\$1,8 bilhão).

Créditos adicionais retificaram as despesas fixadas, que passaram a perfazer a soma de R\$55 bilhões.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 3

Tabela 3: Orçamento Final da Despesa/2010

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) Orçamento Inicial	47.403.409.302,00
(B) Alterações:	14.792.615.380,63
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	14.792.615.380,63
Créditos Especiais	0,00
(C) Anulações de Dotações	7.140.877.665,38
(D) Cancelamentos de Dotações	12.478.698,77
ORÇAMENTO FINAL APURADO (A+B-C-D)	55.042.668.318,48

Fonte: SIG e Relatório da Contadoria Geral do Estado

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Em 2010 foram abertos créditos suplementares no valor total de R\$14,8 bilhões. Destes, R\$7,1 bilhões foram compensados com a anulação em outras dotações. Houve ainda o cancelamento de dotações no montante de R\$12,5 milhões. Após tais movimentações, a despesa autorizada final somou R\$55 bilhões.

Tais despesas adicionais tiveram as seguintes fontes de financiamento:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 4

Tabela 4: Suplementações ao Orçamento do Estado com indicação de autorização na LOA/2010

ALTERAÇÕES	FONTE DE RECURSOS	VALOR
	Anulação	7.140.877.665,38
	Excesso	5.141.927.849,66
	Superávit	1.217.976.946,59
	Op. Crédito	210.967.875,00
	Transferências da União	784.975.490,00
	Transferências de Convênios	295.889.554,00
Total das Alterações		14.792.615.380,63

Fonte: SIAFEM e Demonstrativos de Créditos Adicionais e das Alterações do QDD (Volumes 6.1 a 6.6)

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Além dos recursos da anulação de outras dotações, como comentado, custearam os créditos suplementares abertos em 2010:

- 1) o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior em fontes de recursos e unidades específicas e
- 2) as operações de crédito, transferências de convênio e da União não previstas inicialmente no orçamento.

Estas retificações foram autorizadas pela LOA. Foi verificada a devida existência de recursos para a abertura de tais créditos, com as seguintes exceções:

a) crédito suplementar aberto pela Secretaria de Educação, com base no superávit financeiro do exercício anterior, sem que este tenha acontecido. Considerando que a unidade registrou uma economia orçamentária, que supera o crédito aberto, tal fato foi relevado;

b) crédito suplementar aberto por diversas unidades, com base no excesso de arrecadação da fonte de recursos 00 (ordinários não vinculados), sem que este tenha acontecido. Considerando que houve cancelamento de despesas fixadas nesta fonte, em valor que supera os créditos sem recursos, tal fato foi relevado;

c) crédito suplementar aberto pelo Fundo Estadual de Saúde, com base no excesso de arrecadação da unidade, sem que este tenha acontecido. Considerando se tratar da fonte de recursos convênio e a prática adotada de se estabelecer, no termo firmado, a vinculação entre o empenhamento da despesa e o recebimento dos correspondentes recursos, tal fato foi relevado.

Houve a realização de R\$49 bilhões em despesas.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 5

Tabela 5: Economia Orçamentária/2010

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
Despesas autorizadas	53.015.059.908,32
Despesas realizadas	49.028.269.397,36
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	3.986.790.510,96

Fonte: SIG

Comparando estas com as despesas autorizadas, ambas sem aquelas de natureza intraorçamentária, apura-se uma economia orçamentária de R\$4 bilhões, como demonstrado na Tabela 5.

A execução de receitas e despesas de 2010 resultou, pois, em um déficit orçamentário de R\$222 milhões, considerando as despesas empenhadas. Quando utilizada a despesa liquidada total, o resultado passa a ser superávit em R\$130 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 6

Tabela 6: Resultados da Execução Orçamentária/2010

Exercício de 2010	Total
Receita Arrecadada	48.806.070.635,20
Despesa Empenhada	49.028.269.397,36
Despesa Liquidada	48.676.075.989,73
Despesa Paga	46.527.596.895,21
Resultado da Execução Orçamentária Despesas Empenhadas	(222.198.762,16)
Resultado da Execução Orçamentária Despesas Liquidadas	129.994.645,47
Restos a Pagar - Despesas não Pagas	2.500.672.502,15

Fonte: Demonstrativo da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

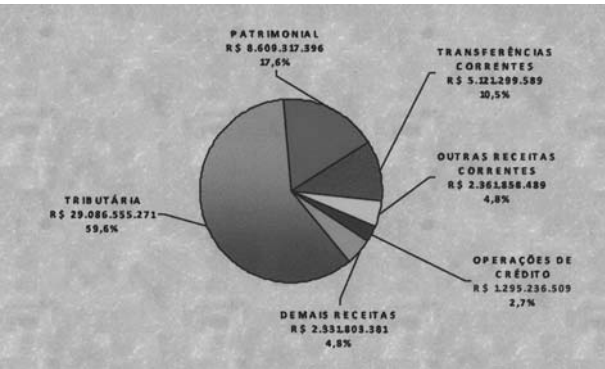
COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Destaco que os resultados apresentados não levam em consideração os recursos financeiros de 2009 que custearam despesas em 2010, ou seja, os créditos suplementares abertos com base no superávit financeiro do exercício anterior efetivamente utilizados.

O Estado arrecadou em 2010 as seguintes receitas:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - GRÁFICO 1

Gráfico 1: Receitas por categoria econômica/2010



Fonte: SIG

COMENTÁRIO SOBRE O GRÁFICO:

As receitas tributárias representaram em 2010 mais da metade das receitas estaduais.

A segunda receita de maior expressão é a patrimonial, onde estão contidas, dentre outras, as compensações financeiras pela extração de petróleo e os rendimentos dos Certificados Financeiros do Tesouro, de titularidade do RIOPREVIDÊNCIA.

As receitas de transferências correntes foram equivalentes a 10,5% do total arrecadado. Como exemplo, neste subgrupo estão registradas as transferências constitucionais e legais da União e o valor recebido do FUNDEB.

As outras receitas correntes representaram quase 5% da arrecadação total do ano. Os valores de juros e multas de tributos, recebimentos do principal e acessórios da dívida ativa e um ingresso atípico, relativo a uma operação em que o Estado sacou R\$400 milhões da Conta "B", compuseram, com outros valores, o subgrupo referido.

Em 2010 houve expressiva realização das receitas de operação de crédito, com uma arrecadação de R\$1,3 bilhão. Adiante comentarei tal realização.

Todas as outras receitas estaduais foram equivalentes a menos de 5% da arrecadação de 2010.

Entre os anos de 2009 e 2010 houve um aumento na arrecadação total, em valores nominais, de R\$8,2 bilhões, A Tabela 7 demonstra tal variação:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 7

Tabela 7: Receitas por categoria econômica - 2009/2010

CATEGORIA ECONÔMICA	ARRECADAÇÃO 2009 (A)	ARRECADAÇÃO 2010 (B)	DIFERENÇA (C=B-A)
RECEITAS CORRENTES	39.100.494.285	46.563.868.509	7.463.374.224
Receita Tributária	24.884.732.091	29.086.555.271	4.201.823.180
Receita de Contribuições	905.213.539	1.040.247.231	135.033.692
Receita Patrimonial	6.778.109.176	8.609.317.396	1.831.208.220
Receita Agropecuária	174.111	162.944	-11.167
Receita Industrial	4.428.237	214.109	-4.214.128
Receita de Serviços	313.421.329	344.213.481	30.792.152
Transf. Correntes	4.598.378.975	5.121.299.589	522.920.614
Outras Receitas Correntes	1.616.036.827	2.361.858.489	745.821.662
RECEITAS DE CAPITAL	1.490.599.230	2.242.202.127	751.602.897
Operações de Crédito	274.808.655	1.295.236.509	1.020.427.854
Alienação de Bens	448.090.719	45.991.799	-402.098.920
Amortização de Empréstimos	140.813.095	148.826.066	8.012.971
Transf. De Capital	626.688.618	741.948.593	115.259.975
Outras Receitas de Capital	198.143	10.199.160	10.001.017
TOTAL	40.591.093.515	48.806.070.635	8.214.977.120

Fonte: SIG

Em termos reais, este aumento foi de 13,88%.

As receitas que tiveram maior participação neste aumento, como se observa na Tabela 7, foram a tributária, a patrimonial, as outras receitas correntes e as operações de crédito:

. Tributária - a variação decorreu, basicamente, do incremento da arrecadação do ICMS (com o adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - R\$3,8 bilhões). Este incremento acompanhou a conjuntura econômica e também derivou de ações fiscais do Estado.

. Patrimonial - tal aumento teve origem, sobretudo, nos recebimentos das participações governamentais do petróleo (variação de R\$1,5 bilhão entre 2009 e 2010).

. Outras receitas correntes - a variação decorreu do aumento na arrecadação da dívida ativa e seus acessórios (multas e juros) - R\$513 milhões e do ingresso de R\$400 milhões decorrentes de saques da conta "B", compensados com a redução de outros itens.

. Operações de crédito - foram impactadas pelo ingresso de recursos do BIRD (R\$879 milhões), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado, e pelo financiamento das contrapartidas estaduais ao Programa de Aceleração de Crescimento - PAC (R\$303 milhões).

Dentre as receitas arrecadadas em 2010 devem ser destacadas as seguintes:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 8

Tabela 8 - Receita do ICMS / 2010	
Receita	Arrecadação
(A) Adicional do ICMS - Lei nº 4056/02 - Fecp	R\$2.253.451.911
(B) ICMS	R\$22.113.234.139
C = (A) + (B) Total do Imposto sobre a Produção e Circulação	R\$24.366.686.049

ICMS - principal receita própria estadual, totalizando R\$24,4 bilhões, com o adicional do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (R\$2,3 bilhões), sendo equivalente a 49,9% de todas as receitas do Estado em 2010. Daquele total, R\$5,6 bilhões correspondem à cota-parte destinada aos Municípios.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 9

Tabela 9 - Total das participações governamentais do petróleo / 2010

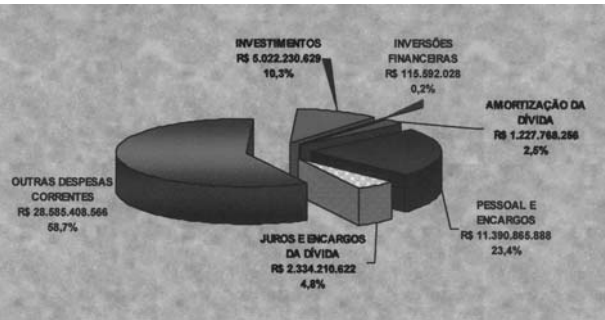
Cota-Parte da Compensação Financeira dos Royalties pela Produção do Petróleo - até 5%	R\$883.530.869
Cota-Parte da Compensação Financeira dos Royalties pela Produção do Petróleo - Transferência aos Municípios	R\$294.510.290
Royalties pela Produção do Petróleo - Excedente a 5%	R\$848.572.234
Cota-Parte Participação Especial na Exploração de Petróleo e Gás Natural - Lei nº 9.478/97	R\$4.380.337.922
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	R\$2.430.018
Total das participações governamentais do petróleo	R\$6.409.381.333

A indenização pela extração de petróleo (royalties e participações especiais) - R\$6,4 bilhões. Destes, R\$294,5 milhões correspondem à cota-parte destinada aos Municípios. Esta receita representou 13,1% da arrecadação total do Estado.

Passando para a execução das despesas estaduais, em 2010, os seguintes valores são observados:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - GRÁFICO 2

Gráfico 2: Despesas liquidadas por categoria econômica/2010



Fonte: SIG

COMENTÁRIO SOBRE O GRÁFICO:

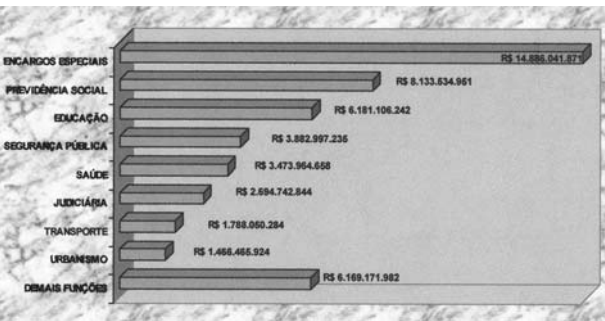
Aproximadamente 59% das despesas estaduais foram classificadas como "outras despesas correntes". Neste subgrupo estão contidas as transferências aos Municípios, pela repartição da receita tributária e dos royalties, as transferências do Estado para formação do FUNDEB e as despesas com aposentadorias, reformas, pensões, aquisição de materiais de consumo, dentre outras.

- As despesas com pessoal e encargos representam os gastos com ativos, sendo equivalentes a 23,4% dos dispêndios estaduais em 2010.
- Seguem-se os investimentos, com participação de 10,3% na execução da despesa estadual. A maior parte dos investimentos ocorreu por realização de obras.
- Os gastos com juros, encargos e amortização da dívida e inversões financeiras representaram, juntos, 7,5% do total de despesas de 2010.

As principais funções de governo contempladas na execução orçamentária foram as seguintes:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - GRÁFICO 3

Gráfico 3: Despesas liquidadas por função de governo/2010



Fonte: SIG

COMENTÁRIO SOBRE O GRÁFICO:

- Encargos Especiais, com 30,6% dos gastos do Estado;
- Previdência Social, com 16,7%;
- Educação, com 12,7%;
- Segurança Pública, com 8%;
- e Saúde, com 7,1%.

Juntas, tais funções representaram mais de 75% das despesas incorridas pelo Estado em 2010.

Como observado, a função Encargos Especiais correspondeu em 2010 à maior parte das despesas estaduais. As principais despesas associadas a esta função no orçamento estadual são: gestão da dívida, transferências compulsórias ao FUNDEB e transferências constitucionais aos Municípios.

Acompanhando o comportamento das receitas, também houve expressivo aumento das despesas efetuadas em 2010, em relação àquelas de 2009, assim:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELA 10

Tabela 10: Despesas Liquidadas por Categoria Econômica 2009/2010

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS LIQUIDADAS 2009 (A)	DESPESAS LIQUIDADAS 2010 (B)	DIFERENÇA (C=B-A)
DESPESAS CORRENTES	37.007.193.057	42.310.485.077	5.303.292.020
Pessoal e Encargos Sociais	9.734.389.939	11.390.865.888	1.656.475.949
Juros e Encargos da Dívida	2.293.140.484	2.334.210.622	41.070.138
Outras Despesas Correntes	24.979.662.634	28.585.408.567	3.605.745.933
DESPESAS DE CAPITAL	4.023.304.938	6.365.590.913	2.342.285.975
Investimentos	2.674.946.451	5.022.230.629	2.347.284.178
Inversões Financeiras	125.406.227	115.592.028	-9.814.199
Amortização da Dívida	1.222.952.260	1.227.768.256	4.815.996
TOTAL	41.030.497.995	48.676.075.990	7.645.577.995

Fonte: SIG

Esta variação nominal de 18,6%, e real de 12,4%, teve origem no aumento das despesas com pessoal, com outras despesas correntes e com investimentos. Tais aumentos tiveram as seguintes origens:

- pessoal e encargos sociais - aumento em virtude, sobretudo, da concessão de reajustes salariais;
- outras despesas correntes - incremento nas transferências aos Municípios, dado o aumento da arrecadação estadual; reajustes concedidos a inativos, como extensão dos reajustes dos ativos e aumento das despesas com outros serviços de terceiros;
- investimentos - o aumento na arrecadação de impostos e royalties propiciou mais investimentos. Ainda em 2010 há que se ressaltar o ingresso dos recursos do PAC, também contribuindo para o aumento dos investimentos estaduais.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Estado apresentou, ao fim de 2010, um passivo real a descoberto de R\$94,8 bilhões, como demonstrado na tabela 11:

GESTÃO PATRIMONIAL - TABELA 11

Tabela 11: Composição do patrimônio público/2010

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$1,00)
ATIVO REAL (a=b+c)	99.134.570.440
Ativo Financeiro (b)	6.452.267.844
Ativo Permanente (c)	92.682.302.596

PASSIVO REAL (d=e+f)	193.952.351.345
Passivo Financeiro (e)	4.206.000.662
Passivo Permanente (f)	189.746.350.683
PASSIVO REAL A DESCOBERTO (g=d-a)	94.817.780.905

Fonte: Balanço Patrimonial do Estado - 2010.

O maior ativo estadual corresponde à previsão de recebíveis de royalties do petróleo, no valor de R\$51,2 bilhões, de responsabilidade do RIOPREVIDÊNCIA. O maior passivo também pertence à unidade e corresponde às provisões matemáticas previdenciárias de R\$110,6 bilhões.

Naquele resultado está contido o resultado previdenciário obtido pelo RIOPREVIDÊNCIA - passivo real a descoberto de R\$52,3 bilhões, ou seja, 55,1% de todo o saldo estadual.

Ainda dentre os itens patrimoniais cabe destacar o endividamento público. A evolução da Dívida Pública é demonstrada na tabela 12:

GESTÃO PATRIMONIAL - TABELA 12

Tabela 12: Total da dívida estadual - 2009/2010

Componentes	Saldo em 31.12.09	Saldo em 31.12.10	Var. nom. % 10/09
DÍVIDA PÚBLICA	57.767.300.821	62.029.414.683	7,38%
I - Flutuante	6.176.103.578	4.206.000.662	-31,90%
II - Fundada	51.591.197.243	57.823.414.021	12,08%
Interna	50.269.862.278	55.825.744.968	11,05%
Externa	1.321.334.965	1.997.669.053	51,19%
OUTROS	16.376.771.252	18.541.392.446	13,22%
III - Outras Obrigações	15.183.351.292	14.416.377.924	-5,05%
IV - Regime Especial - Precatórios	-	3.781.728.504	0,00%
V - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.193.419.960	343.286.018	-71,24%
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	74.144.072.073	80.570.807.129	8,67%

Valores em R\$1,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstrativos da Dívida.

Entre 2009 e 2010 o estoque da dívida pública do Estado sofreu uma variação positiva de 8,67%.

Para esse resultado foram determinantes:

- a elevação da dívida Fundada Interna (11,05%) - pela contratação de novas operações de crédito e pela atualização dos saldos devedores dos contratos do Estado;
- a queda de 31,90% na dívida flutuante - pela redução dos valores referentes às sentenças judiciais, em virtude de tal quantia ter sido transferida para o passivo permanente, em face do Regime Especial dos precatórios, que, dentre outras medidas, criou a possibilidade de pagamentos em até 15 anos;
- a elevação de 13,22% dos outros componentes - em face, sobretudo, do registro das obrigações decorrentes do Regime Especial dos precatórios no longo prazo.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES

Limites Constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal e de outras Legislações

As análises das Contas demonstram que o Poder Executivo atendeu aos parâmetros previstos nas Constituições Federal e Estadual e em outras legislações, bem como cumpriu os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Apresenta-se assim um resumo de tais aferições:

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 13

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Tabela 13: Gastos com pessoal do Poder Executivo 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	artigo 169 da Constituição Federal	-	-
	inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF (Limite de Alerta)	no máximo 44,11% da Receita Corrente Líquida	26,83% da Receita Corrente Líquida
	§ único do artigo 22 da LRF (Limite Prudencial)	no máximo 46,55% da Receita Corrente Líquida	-
	alínea "c", inciso II, artigo 20 da LRF (Limite Legal)	no máximo 49% da Receita Corrente Líquida	-

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

O Poder Executivo do Estado efetuou gastos com pessoal no montante equivalente a 26,83% da Receita Corrente Líquida, atendendo ao limite máximo fixado de 49% da mesma base.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 14

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Tabela 14: Aplicações do FUNDEB / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
FUNDEB	Inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	no mínimo 60% dos recursos do FUNDEB no DEB no foram utilizados no pagamento de pro-fissionais da educação básica	89,93% dos recursos recebidos do FUNDEB foram utilizados no pagamento de profissionais do magistério
	artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/07	em efetivo exercício do magistério	em efetivo exercício
	§ 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007	Aplicação anual de no mínimo, 95% dos recursos do Fundo	Foram aplicados 98,68% dos referidos recursos.

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Os registros contábeis apontam que 89,93% dos recursos recebidos do FUNDEB foram utilizados no pagamento de profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, em observância ao limite constitucional.

Ainda com relação ao FUNDEB, foi verificada a aplicação de mais de 95% dos seus recursos no ano de 2010.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 15

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Tabela 15: Aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Ensino	artigo 212 da Constituição Federal	no mínimo 25% da Receita de Impostos	25,17% da Receita de Impostos
	artigo 212 da Constituição Federal	no mínimo 12,00% das Receitas das Disposições Constitucionais Transitórias	12,13% das Receitas de Impostos
	Constitucionais Transitórias	Impostos referidos no artigo 77 do ADCT	referidos no artigo 77 do ADCT

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Também foi fixado pela Constituição Federal percentual mínimo de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde. Comparando tal percentual, que é de 12% das receitas de impostos e transferências referidas no artigo 77 do ADCT, com aquele alcançado pelo Estado em 2010 de 12,13% da mesma base, tem-se o atendimento ao dispositivo em questão.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 17

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Tabela 17: Aplicações dos recursos do FECAM / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	% MÍNIMO DE RECURSOS A SEREM DESTINADOS	% DAS DESPESAS LIQUIDADAS FRENTE AOS RECURSOS MÍNIMOS
FECAM	artigo 263 da Constituição do Estado	5% da compensação financeira a que se refere o § 1º, do artigo 20, da Constituição Federal	6,07%

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

As despesas liquidadas com recursos do FECAM foram equivalentes a 6,07% das receitas da compensação financeira a que se refere o § 1º, do artigo 20, da Constituição Federal.

Este percentual supera o montante mínimo que deve ser destinado ao Fundo por força de disposição da Constituição Estadual.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 18

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Tabela 18: Aplicações dos recursos da FAPERJ / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	REPASSE MÍNIMO	DESPESAS LIQUIDADAS
FAPERJ	artigo 332 da Constituição Estadual - Emenda Constitucional Estadual nº 32/03 (*)	R\$282 milhões	R\$302 milhões

Nota: (*) Destinação à FAPERJ de 2% da receita tributária do Estado, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

O repasse mínimo do Estado à FAPERJ em 2010 deveria ser de R\$282 milhões. Tendo em vista que tal entidade liquidou despesas no valor total de R\$302 milhões, conclui-se pelo atendimento deste preceito da Constituição Estadual.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 19

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Tabela 19: Despesas administrativas da FAPERJ / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
FAPERJ	Artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 102/02	no máximo 5% do total das receitas da FAPERJ devem ser empregadas em despesas administrativas	3,5%

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

As despesas administrativas da FAPERJ, incluindo os gastos com pessoal, foram equivalentes a 3,5% de suas receitas, atendendo assim ao disposto no artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 102/02, que limita tais despesas a, no máximo, 5% daquela base.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 20

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Tabela 20: Aplicações dos recursos do FECP / 2010

	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	RECEITA À CONTA DO FECP	DESPESA EMPENHADA/ LIQUIDADADA
FECF	artigo 221 da Constituição Estadual - Leis Estaduais nºs 4.056/02 e 4.086/03	R\$ 2,3 bilhões	R\$ 2,3 bilhões

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

As receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais foram integralmente aplicadas nos objetivos da entidade.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 21

Tabela 21: Despesas com Pessoal do FECP / 2010

	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	APLICAÇÕES MÁXIMAS (R\$ mil) (*)	DESPESA EMPENHADA (R\$ mil)
FECF	§ 4º do artigo 3º da Lei Estadual nº 4.056/02	20% dos recursos do FECF em pessoal	18,45%

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Ainda sobre o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, registre-se que 18,45% de seus recursos foram aplicados em despesas com pessoal, atendendo ao limite máximo fixado de 20% daqueles.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 22

Tabela 22: Aplicações dos recursos do FECF no FEHIS / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
FEHIS	§ 3º do artigo 3º da Lei Estadual nº 4.056/02	no mínimo 10% dos recursos do FECF	10,18%

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social foi criado para viabilizar a implementação de programas habitacionais no Estado. Tem como fonte de recurso principal o equivalente a 10% das receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, conforme disposto na Lei Estadual nº 4.056/02. Atendendo a tal legislação, em 2010, foram destinados a ele 10,18% dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 23

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal

Tabela 23: Metas Fiscais / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	META	RESULTADO ALCANÇADO
Metas Bimestrais de Arrecadação	artigo 13 da LRF	R\$45,7 bilhões	R\$48,8 bilhões
	Metas da Distribuição Bimestral da Receita - expediente publicado no D.O. de 04/02/2010	-	-
Resultado Nominal (*)	§1º, artigo 4º da LRF	Aumento de endividamento de R\$3,2 bilhões	Aumento de endividamento de R\$6,6 bilhões
	Lei Estadual nº 5.497/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Metas Fiscais	(valores correntes)	(valores correntes)
Resultado Primário (*)	§1º, artigo 4º da LRF	R\$1,42 bilhão (valores correntes)	R\$1,41 bilhão (valores correntes)
	Lei Estadual nº 5.632/10 - Lei de Orçamento Anual	-	-

Nota: (*) Os parâmetros macroeconômicos utilizados nas definições das metas fiscais não se comportaram como o esperado. Dada a imprevisibilidade de tais fatos e a não possibilidade de controle sobre eles, o não cumprimento das metas de Resultado Nominal e Primário foi relevado.

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

O Estado fixou, em metas bimestrais, uma meta anual de arrecadação, para 2010, de R\$45,7 bilhões. Esta foi atingida, considerando terem sido arrecadadas receitas no valor de R\$48,8 bilhões.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 estabeleceu, como meta para o Resultado Nominal, um aumento de endividamento no ano de, aproximadamente, R\$3,2 bilhões. Naquele ano verificou-se um aumento de R\$6,6 bilhões. Assim, a meta não foi atendida.

Para o Resultado Primário a meta definida foi de R\$1,42 bilhão, sendo obtido o montante de R\$1,41 bilhão.

Analisando esta questão, verificou-se que os parâmetros macroeconômicos utilizados nas definições das metas fiscais não se comportaram como o esperado.

Dada a imprevisibilidade de tais fatos e a não possibilidade de controle sobre eles, entendo que o não cumprimento das metas de Resultados Nominal e Primário deva ser relevante.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 24

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal

Tabela 24: Endividamento Público / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LIMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Dívida Consolidada Líquida	artigo 30 da LRF	200% da Receita Corrente Líquida	156,23% da Receita Corrente Líquida
	artigos 3º e 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal		
Operações de Crédito	inciso III, §1º do artigo 32 da LRF	16% da Receita Corrente Líquida	3,75% da Receita Corrente Líquida
	inciso I, artigo 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal		
Garantias e Contragarantias	artigo 40 da LRF	22% da Receita Corrente Líquida	5,76% da Receita Corrente Líquida
	artigo 9º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal		

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Os limites máximos para a dívida consolidada, operações de crédito e garantias e contragarantias são, respectivamente, 200%, 16% e 22% da Receita Corrente Líquida do exercício. O Estado registrou, em 2010, percentuais que atendem a tais parâmetros, quais sejam, respectivamente, 156,23%, 3,75% e 5,76% daquela receita.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 25

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal

Tabela 25: Artigo 42 da LRF / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA	OBRIGAÇÕES DE DESPESAS CONTRÁIDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DE 2010	SUFICIÊNCIA DE CAIXA
Restos a Pagar	artigo 42 da LRF	R\$598 milhões	R\$230 milhões	R\$368 milhões

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

A partir dos dados contábeis e extracontábeis constantes dos autos, foi apurado que ao fim de 2010 o Poder Executivo do Estado registrou uma suficiência de caixa de R\$368 milhões, em atendimento ao disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 26

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal

Tabela 26: Alienação de Ativos / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	VEDAÇÕES	APLICAÇÕES
Alienação de Ativos	artigo 44 da LRF	Aplicação em despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos	Todo o valor recebido (R\$46 milhões) foi aplicado em despesas de capital – investimentos e despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

As receitas oriundas das alienações de ativos foram aplicadas de acordo com as disposições do artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

LIMITES CONSTITUCIONAIS, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DE OUTRAS LEGISLAÇÕES - TABELA 27

Tabela 27: Aplicações dos Royalties do Petróleo / 2010

LIMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	VEDAÇÕES	APLICAÇÕES
Royalties	artigo 8º da Lei Federal nº 7.990/89 e Lei Federal nº 10.195/01	Pagamento de despesas do quadro permanente de pessoal e dívidas do ente, excetuando-se aquelas com a União. Tais recursos podem ser aplicados na capitalização dos fundos de previdência.	Não há indícios da utilização nos itens vedados. Houve aplicações com ressarcimento à União, pagamentos de dívida junto ao Banco do Brasil, cota-parte dos Municípios, PASEP, despesas com FECAM (desdobradas também não se verifica a aplicação em item vedado), capitalização do RIOPREVIDÊNCIA, entre outras que não estão vedadas pela legislação pertinente.

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA:

Após as devidas análises, não foram detectados indícios da utilização de recursos de royalties em pagamentos de despesas com o quadro permanente de pessoal ou dívida (a exceção daquelas previstas nas legislações pertinentes), cumprindo assim as limitações impostas pelas Leis Federais nºs 7.990/89 e 10.195/01.

Destaco que as conclusões obtidas representam, na verdade, parte da gestão pública Estadual, cuja caracterização total só pode se dar pelo conhecimento de todas as demais decisões que esta Corte já tomou ou venha a tomar sobre a mesma.

VERSÃO SIMPLIFICADA

Senhor Presidente, antes de apresentar minhas conclusões sobre as Contas em discussão gostaria de comunicar que, em cumprimento ao disposto no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentei aos membros deste Corpo Deliberativo uma versão simplificada de meu relatório.

Entendo uma versão simplificada, na ausência de definições legais ou normativas, como uma forma objetiva, mais clara e simples de retratar questões profundamente técnicas, uma forma de dar acesso a um número maior de pessoas das informações sobre a gestão pública.

Tornar transparente é ampliar o alcance, é fomentar o pleno exercício da cidadania, quer por alcançar o cidadão, quer por alcançar organismos da sociedade que podem difundir conhecimentos.

Essas são as ideias que me levaram a desenvolver o trabalho que apresentei.

Concretizo hoje um objetivo traçado.

Esta versão simplificada deve conter as considerações e o parecer prévio que esta Corte emitirá, não podendo pois ser considerada finda.

Após a emissão de tal parecer, sugiro seja esta versão distribuída através da nossa Escola de Contas, e disponibilizada no site do Tribunal, com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas.

Desta forma, em face do exposto, e

CONSIDERANDOS

CONSIDERANDO que, nos termos da legislação em vigor, o Tribunal de Contas, conforme o artigo 75 da Constituição Federal, combinado com o artigo 122 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado;

CONSIDERANDO que, com fulcro no artigo 123, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o artigo 36 da Lei Complementar nº 63/90, é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sugerir as medidas convenientes para a final apreciação da Assembleia Legislativa;

CONSIDERANDO que as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demonstrações técnicas de natureza contábil e extracontábil, foram elaboradas com observância das disposições legais e normativas pertinentes e prestadas dentro do prazo constitucional;

CONSIDERANDO o Relatório apresentado pela Auditoria Geral do Estado, Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, em 09.08.2007, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238, por unanimidade, deferiu a medida cautelar requerida na ação, suspendendo a eficácia do artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO que, em face da decisão do Supremo Tribunal Federal, foram aqui analisadas as Contas do Chefe do Poder Executivo, deixando as Contas dos Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público para apreciação nas respectivas Prestações de Contas de Ordenadores de Despesas;

CONSIDERANDO a detalhada análise realizada pelo Corpo Instrutivo deste Tribunal que, em sua conclusão, opina pela emissão de Parecer Prévio Favorável, com Ressalvas, Determinações e Recomendações à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o parecer exarado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, representado pelo Procurador-Geral Horacio Machado Medeiros;

CONSIDERANDO o minucioso e percuente exame a que procedeu minha Assessoria Técnica;

CONSIDERANDO que o parecer deve refletir a análise técnica das Contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas sujeito à Assembleia Legislativa;

CONSIDERANDO que o Estado efetuou aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino equivalentes a 25,17% da sua receita de impostos, percentual este superior ao mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, que é de 25% daquela receita;

CONSIDERANDO que foi aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o equivalente a 89,93% dos recursos anuais totais do FUNDEB, percentual este superior ao mínimo estabelecido no inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que é de 60% dos recursos referidos;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo do Estado efetuou gastos com pessoal equivalentes a 26,83% de sua Receita Corrente Líquida, percentual este inferior ao gasto máximo estabelecido na alínea "c", do inciso II, do artigo 20, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, (49% daquela base);

CONSIDERANDO que foi gasto nas ações e serviços públicos de saúde o equivalente a 12,13% dos impostos citados no inciso II do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme § 4º do mesmo artigo, quando o mínimo a ser aplicado seria de 12% daqueles;

CONSIDERANDO que a Dívida Consolidada Líquida do Estado em 31.12.10 (excluída a dívida do sistema previdenciário, conforme preconizado na Portaria nº 462/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional) encontra-se em conformidade com as disposições da Resolução nº 40/01 do Senado Federal;

CONSIDERANDO que foram observados os limites referentes a Operações de Crédito e concessão de Garantias e Contragarantias, consoante Resolução nº 43/01 do Senado Federal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo atendeu ao limite estabelecido no artigo 263 da Constituição Estadual, pertinente aos valores relativos ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM, em face do pagamento de despesas equivalentes a R\$314 milhões, quando a receita mínima a ser destinada ao mesmo, proveniente da compensação financeira a que se refere o §1º do artigo 20 da Constituição Federal, era de R\$306 milhões;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo atendeu ao limite estabelecido na Constituição Estadual, haja vista terem sido repassados à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ recursos superiores ao limite estabelecido no artigo 332 da citada Constituição;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo atendeu ao disposto na Lei Estadual nº 4.056/2002 e alterações e ao Decreto Estadual nº 33.123/03, em face dos mandamentos do artigo 221 da Constituição Estadual, haja vista terem sido destinados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FCEP) os recursos previstos na citada legislação;

CONSIDERANDO que, nos termos da legislação em vigor, ficam ressalvadas de prévia quitação as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens estaduais, ou pelos quais seja o Estado responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

CONSIDERANDO, finalmente, que as falhas, impropriedades ou omissões verificadas nesta Prestação de Contas encontram-se apontadas neste Relatório, sendo então propostas as devidas ressalvas, determinações e recomendação.

PROJETO DE PARECER PRÉVIO

Apresento O PROJETO DE PARECER PRÉVIO das Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2010, com as conclusões que passo a relacionar:

EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - VOTO

PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Governador Sérgio Cabral, referentes ao exercício de 2010, com as RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES indicadas em meu voto e previamente distribuídas a todos os Conselheiros e ao representante do Ministério Público junto a este Tribunal.

Id: 1144637

DELIBERAÇÃO TCE-RJ nº 234/2006, DE 12/06/2006
ART 3º, §§ 3º e 4º

Conforme disposto no art. 3º, §§ 3º e 4º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterado pela Deliberação TCE-RJ nº 241, de 19 de junho de 2007, ficam cientes os jurisdicionados abaixo, para cujas mensagens do correio eletrônico vinculado ao SICODI não houve confirmação de abertura.

Ofício SICODI entregue em 01/06/2011

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	OFÍCIO SSE	CPF
225616-8/2009	ALEXANDRE MARCOS MOCAIBER CARDOSO	17579/2011	302.300.207-04
225616-8/2009	ALEXANDRE MARCOS MOCAIBER CARDOSO	17581/2011	302.300.207-04
225616-8/2009	ALEXANDRE MARCOS MOCAIBER CARDOSO	17583/2011	302.300.207-04
218441-4/2006	FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO	16307/2011	497.528.397-20

Id: 1144678

PAUTA ESPECIAL Nº 197/2011

Na forma do disposto no art. 123 e seus parágrafos do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE nº 167, de 10 de dezembro de 1992, foram incluídos - em decorrência do despacho exarado pelo Relator - em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão de 28/06/2011, os seguintes processos:

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA

Processo TCE nº 251.627-9/2001 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/ORDENADOR DE DESPESA/PREFEITURA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/Recurso de Reconsideração interposto por ADELSON ALBERONI.

Processo TCE nº 242.732-6/2010 - RECURSO DE REVISÃO DE DECISÃO/FUNDO MUN. SAÚDE BARRA DO PIRAI/Recurso de Revisão interposto por JOÃO ANTÔNIO CAMERANO NETO.

Processo TCE nº 202.176-3/2004 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/ORDENADOR DE DESPESA/PREFEITURA DE RIO BONITO/Embargos de Declaração interposto por ROSÁLIA HERINGER DE AZEVEDO.

Id: 1144622

<p>PAUTA ESPECIAL Nº 198/2011 PAUTA ESPECIAL PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2011 (DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 199/96 - ART. 9º, § 3º)</p> <p>EMISSION DE PARECER PRÉVIO</p> <p>RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA MUNICÍPIO BARRA MANSA INTERESSADO: JOSÉ RENATO BRUNO CARVALHO CONTAS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 PROCESSO TCE-RJ Nº 204.672-8/2011 ABERTA VISTA DO PROCESSO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES DE DEFESA ATÉ 23/06/2011</p>

Id: 1144627

<p>PAUTA ESPECIAL Nº 199/2011 PAUTA ESPECIAL PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2011 (DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 199/96 - ART. 9º, § 3º)</p> <p>EMISSION DE PARECER PRÉVIO</p> <p>RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA MUNICÍPIO: : IGUABA GRANDE INTERESSADO: OSCAR BANDEIRA DO CARMO MAGALHÃES CONTAS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 PROCESSO TCE-RJ Nº 204.836-6/2011 ABERTA VISTA DO PROCESSO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES DE DEFESA ATÉ 23/06/2011</p>

Id: 1144628

<p>PAUTA ESPECIAL Nº 200/2011 PAUTA ESPECIAL PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2011 (DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 199/96 - ART. 9º, § 3º)</p> <p>EMISSION DE PARECER PRÉVIO</p> <p>RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA MUNICÍPIO: CONCEIÇÃO DE MACABU INTERESSADO: LÍDIA MERCEDES OLIVEIRA SOARES CONTAS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 PROCESSO TCE-RJ Nº 205.075-1/2011 ABERTA VISTA DO PROCESSO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES DE DEFESA ATÉ 23/06/2011</p>
--

Id: 1144629

Secretaria-Geral de Administração

DESPACHO DO SECRETARIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DE 08/06/2011

PROCESSO TCE Nº 301.701-7/2011 - ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO DO TCE / RJ - Ratifico, nos termos da autorização da Senhora Subsecretária-Adjunta de Administração e Finanças e na forma do que dispõe o art. 26 da Lei Federal 8.666/1993, a **inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso I do artigo 25** da mesma Lei, referente a **renovação da assinatura anual da Revista Técnica**, no período agosto de 2011 a julho de 2012, a favor da **Editora Pini Ltda.**, no valor total de **R\$ 288,00** (duzentos e oitenta e oito reais). A despesa correrá à conta do P.T. nº 0231.0112801382.023 e da N.D. 3390.39.56, do orçamento do corrente ano.

Id: 1144512

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
DE 08.06.2011

Proc. TCE nº 300.491-7/2011 - Aldano Vieira Nunes, matr. 02/0342/3-8; Claudio Cataldo Andrade de Medeiros, matr. 02/1900/0-1; Luiz Paulo da Silva Miranda, matr. 02/2545/0-2; Aleir de Souza Ramos, matr. 02/1986/0-7; Adriana Carvalho de Mendonça, matr. 02/1584/0-7; Regina Claudia Pereira Araujo da Silva Abrantes, matr. 02/4206/0-0; Nilton Vieira de Carvalho, matr. 02/3167/0-1; Flavia Wanderley, matr. 02/4201/0-0; José Eduardo Poeyes Silva, Jorge Machado da Silva, matr. 02/3537/0-8; Andréa Monteiro de Carvalho Belmonte de Barros, matr. 02/3808/0-3; Glicia Gomes Franco, matr. 02/2990/0-3; Adriana Lopes de Castro, matr. 02/2129/0-8; Jair Prazeres. **AUTORIZO** a concessão do auxílio-educação.

Proc. TCE nº 301.434-6/2011 - Maria Célia Furtado Borges. **AUTORIZO** a emissão de certidão.

Id: 1145116

Comissão de Pregão

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2011

PROCESSO TCE Nº: 300.337-5/11
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EXTERNA
FIRMA VENCEDORA: VICTORIGOR IMPRESSÃO DIGITAL LTDA., com o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

André Luís da Silva Nascimento
Pregoeiro TCE-RJ

Id: 1145089



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NÓS QUEREMOS TE OUVIR!

0800 282 2279

ouvidoria@dpge.rj.gov.br

Av. Marechal Câmara, 314 - Castelo - Rio de Janeiro/RJ

RECLAMAÇÃO • ELOGIO • SUGESTÃO



OUVIDORIA GERAL